

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

COMPROMISSO SOCIAL OU SOLIDARIEDADE?

Ana Luiza Lima Sousa

Beth Cruz/Abril Imagens



Primeira equipe do Projeto Rondon, 1967.

Conceituar a extensão universitária ainda é um desafio nos dias de hoje. Ela tem surgido, ao longo da História

sob as mais diversas definições, com tentativas diferentes de criar limites para sua prática. Algumas vezes tem sido usada, mesmo sem um entendimento claro dos que a executam, a pretexto de servir de

justificativa para atividades da academia que não encontram guarida no espaço da graduação e da pesquisa. Permanece aquela idéia de que tudo o que não for pesquisa e não for ensino, deve ser extensão.

Uma forma de conceituar por exclusão, sem a necessidade de um esforço maior para elaborar idéias.

Não se pode negar que existe uma construção teórica sobre o assunto no meio da universidade brasileira (Gurgel, 1986; Fagundes, 1985; Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, 1990 a e b; Fávero, 1980, Toaldo, 1977). No entanto, são embriões que têm sido pouco divulgados e sua disseminação ainda não é suficiente para provocar alterações nas práticas existentes. É necessário estimular e possibilitar discussões que auxiliem na elucidação de tão grande mistério: o que é extensão universitária?

A extensão já foi apresentada como a projeção da universidade ao meio, ou como uma abertura desta para a comunidade, ou ainda como instrumento de formação humana do acadêmico e prestação de serviços à comunidade. Trata-se de uma função da Universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, e que deve servir como instrumento para que sejam alcançados os objetivos, não só pedagógicos, mas também sociais, políticos e culturais da existência da universidade na sociedade.

A universidade assume seu compromisso com a sociedade mediada pelas atividades extensionistas. São estas relações sociais que vão determinar o modelo de universidade que se cria e ao mesmo tempo

sofrer as determinações desta criação. Ela sempre está a serviço de alguém; seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, ela sempre mantém um compromisso com algum grupo de seu meio social.

A extensão universitária é um instrumento mediador que deve propiciar o vínculo mútuo e dialé-

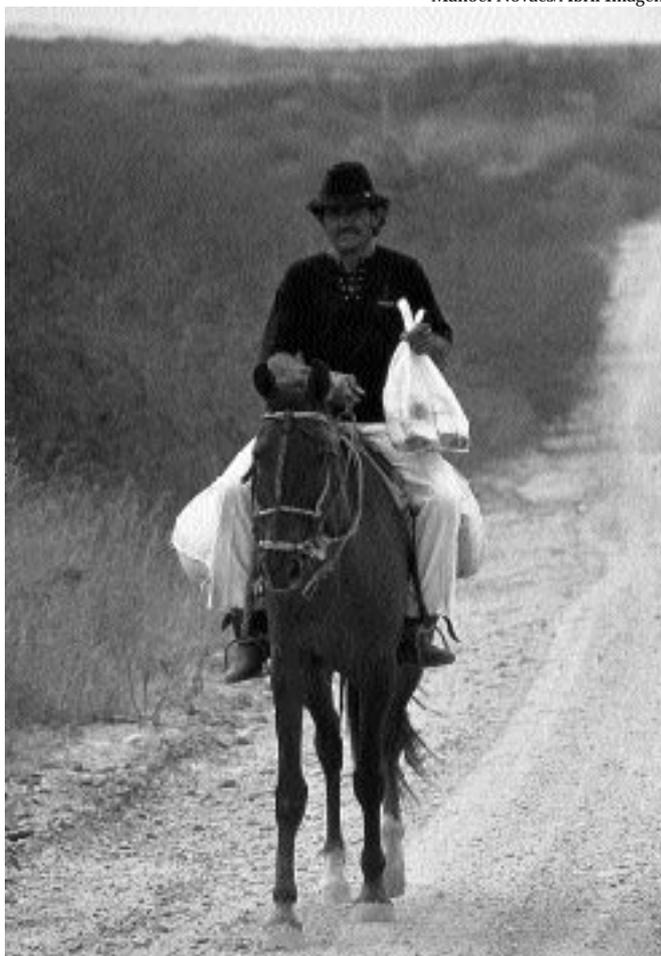
As atividades de extensão, que poderiam ser o instrumento mediador da universidade para ampliar seu compromisso social, tem se caracterizado pela desvinculação das necessidades objetivas das classes subalternas e pela permanente vinculação com os interesses das classes dominantes. E entendida dessa forma, como o instrumento mediador que pode catalisar as relações entre universidade e sociedade, ela ainda carece de maior elucidação.

Construção de eixos teóricos

O que pode ser afirmado com certeza é que existe uma concepção sobre extensão universitária que vem sendo construída historicamente. Trata-se de uma construção que acompanha as idas e vindas do movimento histórico do país. É possível perceber claramente os sujeitos evidentes em cada momento de uma situação social determinada e o eixo teórico em construção.

Primeiramente passa-se por um período de importação de idéias, quando a difusão do conhecimento através de cursos livres e Universidades Populares era a única prática identificada como extensionista. A articulação da universidade/sociedade era entendida como a difusão do conhecimento produzido, como um mecanismo de erudição das massas.

Manoel Novaes/Abril Imagens



Um segundo eixo surge exatamente no momento em que também é possível identificar a presença hegemônica de um interlocutor assumindo a extensão como prática própria e com idéias perceptíveis sobre qual concepção orienta sua prática extensionista. Foi um eixo utilizado amplamente pelo movimento estudantil, no qual a extensão universitária era vista como uma prática político-cultural-ideológica. Esse eixo também foi assumido posteriormente, com nítidas diferenciações, pelo Estado e mesmo pelas Instituições de Ensino Superior (IES). No entanto, o Estado via a prática extensionista esvaziada de qualquer conteúdo político.

O terceiro eixo, utilizado prioritariamente pelo Estado durante o período repressivo, foi a extensão universitária vista como prestação de serviços, caracterizada pela assistência às comunidades carentes. E essa questão vem sendo um eixo sustentador da extensão por muito tempo, significando para muitos, ainda hoje, ser essa sua exclusiva atribuição. Apesar das críticas que pode sofrer esse tipo de serviço, ele foi fortemente justificado no contexto histórico que o sustentou e, mesmo hoje, poderíamos reconhecer sua necessidade. Mesmo com a presença do movimento estudantil nas atividades extensionistas, pode-se perceber que a prestação de serviços também era considerada uma estratégia da extensão. A diferença talvez residisse na tentativa de fazer desta prática uma assistência voltada para as comuni-

dades carentes, procurando não só desenvolvê-las materialmente, mas também provê-las de recursos intelectuais e ideológicos capazes de promover a superação de seu estado de miséria. Já a prestação de serviços entendida pelo Estado assumia sua face iminentemente assistencialista. O lema do Projeto Rondon corporifica bem a idéia desenvolvimentista que se apresentava naquele momento: "integrar para não entregar" (Cassimiro, 1986).

Atualmente assiste-se à tentativa de formação de um novo eixo. A prestação de serviços não tem sido abandonada como prática extensionista, mesmo quando as IES assumem a direção da extensão universitária, a partir da década de 80 (Fórum, 1990 a/b). O que tem sido proposto é uma ampliação desse modelo, com a extensão operacionalizada através da prestação de serviços, mas agora voltada para a venda desses serviços. Discute-se a importância e a necessidade de as universidades encontrarem parceiros do lado de fora de seus muros e assumirem juntos a mesma missão social.

E é justamente nesse momento que se pode perceber uma interação externa na construção histórica da extensão universitária. Existe por parte da academia uma manifestação de fortalecimento dessa função. É possível identificar a direção que se pretende tomar, pois a questão da prestação de serviços torna-se o fulcro das discussões extensionistas nessa década.

Universidade solidária

Aparentemente estamos vivendo um momento de fortalecimento da extensão universitária, tendo a própria universidade como interlocutora. Esta é uma função que está sendo vista como uma chance de recuperação social das universidades. Justamente por isso, o momento é oportuno para que sejam levantadas questões e discutidas novas propostas. A apresentação de qualquer elucidação mágica para questões ainda não formuladas seria uma temeridade, mas a universidade não pode se dar o direito de ficar à margem desse exercício de construção.

O que estamos presenciando no atual momento histórico da extensão universitária é uma tentativa, partindo do Estado, mais precisamente da Comunidade Solidária, do Ministério da Educação e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, com participação de empresas privadas, prefeituras e forças armadas, de reavivar o que já existiu outrora como Universidade Popular, UNE-Volante e Projeto Rondon, agora como o nome de Universidade Solidária, sendo que, a partir de 1998, o Projeto Móvel de Cultura e Meio Ambiente deverá ser agregado à nova edição do Universidade Solidária.

Há um resgate de idéias plantadas pela UNE com o Centro Popular de Cultura (CPC) (Barcellos, 1994) e a Universidade Volante (UNE-Volante) (Gurgel, 1986). É preciso reavivar na memória tais movimentos e o que eles significa-

ram na história da universidade brasileira. Inicialmente deve-se registrar que eram iniciativas direcionadas tanto para a politização estudantil quanto para a organização de movimentos populares. Eram movimentos voltados para a promoção popular e atrelados às condições políticas e culturais vividas pelo país. A preservação e a difusão da cultura popular eram consideradas como pontos fundamentais, assim como a conscientização das massa em relação às condições sócio-econômicas e políticas em que viviam (Paiva, 1985). Esse foi um momento histórico em que a extensão universitária esteve fundamentalmente nas mãos dos estudantes e sua presença na sociedade marcou-se principalmente pelas ações voltadas para a cultura e a educação, com conteúdos políticos.

Em um certo ponto da história da extensão universitária, alguns sinais indicavam que a venda de serviços seria o novo caminho a ser trilhado. No entanto, a academia parece ter dificuldade para navegar nos mares comerciais e aparentemente o que está acontecendo é mesmo um regresso à prestação de serviços *per se*. Nesse eixo em construção, permanece clara a dificuldade de participação dos segmentos da academia – alunos, professores e servidores. O compromisso social da universidade é reconhecido e tomado como responsabilidade por muitos. No entanto, a forma de assumir esse compromisso e o produto que pode gerar ainda carece de desenhos mais nítidos.

Compromisso da universidade

A prestação de serviços tem sido uma das formas encontradas, historicamente, pelas Instituições de Ensino Superior para responder a esse compromisso. Trata-se de uma estratégia que deve ser rediscutida para perder seu caráter assistencialista e imediatista. Em muitos casos ela tem sido desenvolvida à revelia da própria comunidade assistida, demonstrando pedantismo de uma academia que ainda se julga detentora de saberes superiores àqueles produzidos fora dela. Talvez, a possibilidade de desenvolvimento de ações em parceria entre universidade e sociedade possa trazer luz sobre essa dificuldade.

O ressurgimento do Projeto Rondon nos anos 90 deveria estar provocando dentro das universidades movimentos claros de posicionamento e não a simples adesão como vem acontecendo.

A base desse Projeto é o envio de alunos para as regiões Norte e Nordeste, consideradas reservatórios de carências, para onde vão levar informações básicas de saúde, saneamento e educação, orientando a população de 195 municípios (Nogueira, 1997).

Discutir o compromisso da universidade com a sociedade não exclui essas regiões. No entanto, como justificar levar nossos alunos para tão longe se ao nosso lado estamos convivendo com concentrações de carentes tão grandes quanto e que, apesar de gritarem ao nosso lado, desconhecemos e não interferimos ou oferecemos qualquer tipo de participação. Que di-

ferença nossas universidades têm provocado nas regiões onde têm seus campi instalados? Por que não produzimos impacto sobre a população que está ao nosso lado, que está ao alcance de nossos olhos?

Até por uma questão estratégica, poderíamos estar participando muito mais, caso estivéssemos trabalhando com as nossas próprias comunidades. A solidariedade, nesse caso, é justamente o vínculo recíproco entre a universidade e a sociedade com as devidas relações de responsabilidade. A construção desse vínculo dentro de períodos interrompidos, e em situações sem o reforço da continuidade e da permanência, não parece uma tarefa possível e a história já tem nos mostrado que tipo de frutos isso pode produzir.

Papel da extensão universitária

Diante do exposto, podemos observar que a extensão universitária vem sendo utilizada tanto como um instrumento de alienação como de emancipação.

A extensão universitária, enquanto instrumento de alienação tem servido para manter o status quo e a hegemonia de uma classe. Apresenta-se, neste caso, não como uma “prática social”, mas como um fetichismo dentro da universidade. Toma-se a extensão como um “fato independente da dinâmica do real” e a naturaliza. A partir do momento em que uma concepção sobre a extensão universitária passa a ser assumida pelos sujeitos de sua prática, definem-se os caminhos que podem ser trilhados. Mas isso signi-

fica também a possibilidade da produção de um conhecimento que esteja atendendo às demandas e expectativas das próprias regiões onde a academia sobrevive, sem a necessidade de importação única de idéias e modelos estrangeiros. Seria a universidade atuando dentro dos “limites das possibilidades reais”, atuando sobre o possível dentro do socialmente justo na construção de uma cultura própria (Guadilla, 1987:75).

A extensão universitária, ao longo de sua história, está presa entre dois caminhos que se contradizem. Observamos os diferentes momentos em que ora assumia uma ou outra direção, na dependência dos sujeitos de sua prática. Em uma direção ela deve buscar a superação de si mesma, através de sua prática, e conseqüentemente rompendo com sua própria concepção e servindo efetivamente como instrumento articulador que produz transformações tanto intra quanto extra muros da universidade; na outra direção ela também pode ser um instrumento articulador, mas alienante, servindo a interesses de determinadas classes hegemônicas no sentido de manutenção e continuidade, sem rupturas com o real. Neste caso, ela também pode alcançar sua superação, mas o preço pode-

rá significar a asfixia da universidade, mesmo com a prática do ensino e da pesquisa.

É este o papel histórico da extensão: aproximar a universidade da sociedade. Ser o instrumento de resgate destas possibilidades. A universidade, como já afirmamos, é ao mesmo tempo determinada pelas

Ademir Zé/Somma/Abril Imagens



condições sociais e determinante delas. Não existe, pois, uma posição de suposta neutralidade que a torne protegida das cobranças. A mais frágil hipótese sobre essa possibilidade já teria como conseqüência uma universidade asséptica e estéril, ou seja uma instituição longe de ser educativa e/ou transformadora.

Como um dos aparelhos formadores, a universidade deve reconhecer que a educação não lhe pertence unicamente, e que seu papel é abrir o horizonte intelectual do estudante, colocando conteúdos que tornem a educação um instrumento não só para a vida, mas para a transformação da vida e da sociedade.

Participar desse resgate da cidadania é obrigação da academia. E a extensão pode ser o instrumento viabilizador dessa participação. A posição assumida pela universidade, através de sua postura crítica e de sua qualidade, pode estar contribuindo, via extensão, para esse resgate não só entre os indivíduos, mas também para si própria.

A universidade está sendo convocada a assumir seu lugar na sociedade, sem perder de vista a perspectiva crítica que deve caracterizá-la. Ela, como instrumento de elaboração dos “intelectuais de diversos níveis”, precisa de um modo orgânico, colocar-se a serviço da sociedade sem favorecer a manutenção da hegemonia de uma classe em detrimento da sobrevivência das demais. A universidade precisa imiscuir-se “ativamente na vida prática” como construtora e organizadora de uma nova sociedade (Gramsci, 1989:3-10).

Historicamente, a universidade tem buscado se proteger da crise que envolve toda a sociedade. É temerosa do envolvimento e de suas conseqüências. Ela tem se assustado com os acontecimentos e mudanças do final deste século. Só que este susto não tem sido utilizado como alavanca para rupturas. O medo parece impedir o movimento. Devemos reconhecer toda nossa ortodoxia se pretendemos romper com o velho e assumir características de contemporaneidade. Disso depende nosso destino. Assumir que vivemos um momento de crise, de modo generalizado, pode ser positivo na medida em que isso significa o início do questionamento dos paradigmas que temos recebido. Estaremos construindo outro paradigma, e isso não é um processo cumulativo, mas uma construção nova, fundamentada em diferentes elementos, no caso, nossos elementos regionais (Guadilla, 1987:143).

O movimento que a universidade deve fazer, utilizando-se da extensão como mediadora desta ação, precisa começar dentro de si mesma e arriscar-se também fora de seus muros. Suas funções, já amplamente reconhecidas, de produção e disseminação do conhecimento, precisam do oxigênio de uma práxis revolucionária. Ela precisa estar vigilante quanto à sua função política de transformação das condições sociais de dominação.

A práxis revolucionária é o fundamento e a finalidade do conhecimento. Um conhecimento que o homem produz ao produzir as condições necessárias à sua existência, através do trabalho. O ponto de

partida, portanto, para a elaboração do conhecimento são os homens, em sua atividade, em seu trabalho, no interior das relações sociais que eles geram. E a universidade não pode pensar em si mesma como instituição formadora, se ignora o ambiente social na formação dos profissionais.

E é como práxis revolucionária que entendemos o papel da extensão hoje. É esta sua responsabilidade. Só desta forma a universidade poderá ser aceita como instrumento transformador do real, quando estiver atuando sobre as mudanças das circunstâncias, mas também sendo transformada pelas mesmas circunstâncias. Não devemos nos esquecer de que “o próprio educador tem de ser educado” (Marx & Engels, 1984:108).

“O espaço de produção efetiva do conhecimento é a práxis, onde se supera o saber pedante e se produz o saber revolucionário. E a isto, uma boa parte da Universidade resiste; boa parte de seus profissionais são fruto do velho princípio educativo, intelectuais de grande cultura ou especialistas, sem serem dirigentes, no sentido gramsciano (político + especialista). Os espaços de articulação com o movimento do real, como os estágios, a pesquisa e a Extensão, acabam sendo atividades marginais. Cair na vida, penetrar no caos, no buraco negro das relações sociais concretas, onde as explicações não são suficientes, onde o conhecimento é frágil, onde a competência formal não serve, é uma aventura que a poucos atrai. É mais confortável o útero morno e seguro da “mãe acade-

mia”. Os que conseguem, no entanto, romper os muros, por os pés – e a cabeça – para fora, deixando entrar o ar fresco da realidade nos pulmões, têm descoberto que é no movimento, no provisório, no caos, na dinâmica jamais “enquadrada” das relações concretas, que se transforma a Sociedade, que se faz a revolução” (Kunzer, 1992:22).

Ao cumprir o seu papel, a extensão estará atingindo sua possibilidade máxima, e será superada por si mesma. Quando a universidade for capaz de se libertar das amarras que lhe foram criadas e pela crítica, conseguir ver além de si mesma, as questões da extensão universitária deixarão de existir, pois não mais serão necessárias. A extensão tem um caráter de provisoriedade; ela não é perene e nem mesmo inerente à universidade. O que justifica sua presença é sua relevância social. Ela deverá superar a si mesma pela sua própria práxis.

Esta nova postura da universidade a colocará como fator inigualável para o desenvolvimento sócio-econômico e sociocultural para o seu meio ambiente. Questões como financiamento, autonomia e existência democrática das IES serão respondidas através da práxis dessas instituições. A sua relevância do ponto de vista da sociedade que a sustenta será sentida não só pela presença material, mas também pela repercussão do cumprimento de suas funções de uma forma socializadora.

Ana Luiza Lima Sousa é Professora Assistente da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás.